

Thiago Martins de Almeida

**Acesso à Justiça Penal no
Estado Democrático de
Direito: a ampla defesa
como meio de igualdade
entre partes**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE DIREITO
Programa de Pós-Graduação em Teoria
do Estado e Direito Constitucional

Rio de Janeiro, junho de 2008



Thiago Martins de Almeida

**Acesso à Justiça Penal no
Estado Democrático de Direito: a
ampla defesa como meio de
igualdade entre partes**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. José Ribas Vieira

Rio de Janeiro
Junho de 2008



Thiago Martins de Almeida

Acesso à Justiça Penal no Estado Democrático de Direito: a ampla defesa como meio de igualdade entre partes

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

José Ribas Vieira

Orientador

Departamento de Direito – PUC-Rio

Alejandro Bugallo Alvarez

PUC-RIO

Carlos Eduardo Adriano Japiassú

Faculdade de Direito de Campos

Prof. Nizar Messari

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2008

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Thiago Martins de Almeida

Thiago Martins de Almeida, graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos, em dezembro de 2002, com área de pesquisa em Ciências Penais e Direito Constitucional. Atualmente leciona a disciplina de Direito Penal II, junto a Faculdade de Direito Milton Campos, em Belo Horizonte/MG, cidade onde também exerce profissionalmente a advocacia criminal.

Ficha Catalográfica

Almeida, Thiago Martins de.

Acesso à Justiça Penal no Estado Democrático de Direito: a ampla defesa como meio de igualdade entre partes / Thiago Martins de Almeida ; orientador: José Ribas Vieira. – 2008.

90f.; 29 cm

Dissertação (Mestrado em Direito)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Inclui bibliografia

1. Direito – Teses. 2. Cidadania. 3. Clientelismo. 4. Processo Penal. 5. Igualdade. I. Dornelles, José Ribas Vieira II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Direito. III. Título.

CDD:340

Agradecimentos

Ao meu orientador Professor Doutor José Ribas Vieira pela acolhida na realização deste trabalho.

À PUC-Rio e Escola Superior Dom Hélder Câmara, pela valiosa oportunidade.

A Marina e família, pela perseverança e apoio incondicional.

Ao meu pai, pela referência de dedicação ao labor e ao aperfeiçoamento.

À minha mãe, pelas orações.

Ao Professor Doutor Leonardo Augusto Marinho Marques, amigo e sócio, pelo estímulo e constante aprendizado.

A todos os amigos e familiares que, de uma forma ou de outra, me estimularam ou me ajudaram.

Resumo

Almeida, Thiago Martins. **Acesso a Justiça Penal no Estado Democrático de Direito: a ampla defesa como meio de igualdade entre as partes.** Rio de Janeiro. 90p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O debate sobre a (des)igualdade aflora no seio social dos Estados, especialmente naqueles que implantaram uma proposta democrática. Igualdade é pressuposto de democracia e projeta-se também no processo penal. Apesar de afirmar a igualdade de armas entre as partes, identifica-se que as desigualdades materiais não são compensadas dentro do processo público, sobretudo nas sociedades latino-americanas. As garantias processuais acabam afirmando, paradoxalmente, a igualdade de sujeitos desiguais. Esta realidade se agrava no contexto da América Latina quando, tanto o Direito Penal quanto o Processo Penal, desempenham uma função de controle de massas, de caráter clientelista, orientado a conter possíveis insatisfações da grande massa de excluídos. O principal objetivo deste trabalho, é pois, compreender a participação do acusado no processo penal, inserida no modelo predominantemente acusatório, procurando harmonizar a garantia de igualdade formal à desigualdade material, a fim de que efetivamente se assegure a garantia de acesso a Justiça Penal a todos os cidadãos. Promover-se-á, dessa forma, uma crítica ao processo penal, onde a participação do acusado, em igualdade de condições formais e materiais, na formação do provimento final deve ser compreendida como pressuposto de legitimação da aplicação do Direito Penal, igualdade essa alcançada, sobretudo, pela afirmação da amplitude de defesa ao acusado pelo Estado. A pesquisa busca fundamentação na Teoria do Garantismo Penal, de LUIGI FERRAJOLI, que situa o contraditório e a ampla defesa como técnicas jurisdicionais normativamente admitidas, assegurando ao acusado, sobretudo aos excluídos dos projetos neoliberais, igualdade de participação na formação da *verdade* a ser encerrada pelo provimento final.

Palavras-chaves

Cidadania; Clientelismo; Processo Penal; Igualdade.

Abstract

Almeida, Thiago Martins. **Access To The Criminal Law In The Democratic State: The Ample Defense As A Way Of Equality Between The Parts.** Rio de Janeiro. 90p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The discussion about the (in) equality appears in the social aspect of the States, specially those which implemented a democratic proposal. Equality is a presupposition of democracy and also projects itself in the Criminal Process. Despite affirming the equality between the parts, it is identified that the material inequalities are not compensated in the public process, mainly in the Latin-American societies. The processual guarantees affirm, in a paradox, the equality of inequal subjects. That reality is aggravated in the context of Latin America when, both Criminal Law and the Criminal Process, have as its main function Mass Control, of a Patronage system, oriented to contain the possible unsatisfactions of great number of excluded individuals. The main objective of this paper is to understand the participation of the accused individual in the Criminal Process inserted in the predominantly accusatory model, trying to cope with the guarantee of formal equality and the material inequality, so that it effectively reassure the guarantee of access to the Criminal Law to all citizens. The research is based on **Teoria do Garantismo Penal (Criminal Guaranteeing Theory)**, by LUIGI FERRAJOLI, that situates the contradictory and the ample defense with jurisdictional technics normatively accepted, assuring the accused, above all the excluded from the neoliberal projects, equality in participation in the formation of the *truth* to be enclosed by the final provision.

Keywords

Citizenship; Patronage; Criminal Process; Equality.

Sumário

1	Introdução	10
2	Para abaixo da linha do Equador: recriando o modelo de cidadania na América Latina	13
2.1	Marcos de condicionamento do sistema de direitos humanos	15
2.1.1	Fatores de índole cultural	15
2.1.1.1	Contextualizando: dualidade cultural e analfabetismo na América Latina	18
2.1.2	Fatores de índole política	20
2.1.2.1	Contextualizando: imperialismo, militarismo e sociedade de classes na América Latina	23
2.1.3	Fatores de índole material	30
2.1.3.1	Contextualizando: urbanismo desenfreado, desigualdade social e predatismo econômico na América Latina	32
3	Esboço de uma Cidadania para o Brasil	36
3.1	Cidadania no Brasil: fragmentos da América Latina	36
3.1.1	Raízes da desigualdade	36
3.1.2	Quando as aparências enganam: uma cidadania forjada sob a perspectiva da (in)diferença	43
4	Ideologias punitivas e clientelismo penal	46
4.1	Ideologias punitivas clientelistas que predominaram na América Latina	47
4.2	Novos rótulos, velhas práticas: dominação e exclusão pelo sistema penal no Brasil	55

5.A criminalização pelo Processo Penal no Brasil	59
5.1 A ritualística procedimental criminalizante	62
5.1.1 A identificação do rito procedimental	62
5.1.2. O acesso ao Poder Judiciário	65
5.2 O Direito Penal <i>seleciona</i> , o Processo Penal <i>condena</i>	67
6. Acesso a Justiça Penal no Estado Democrático de Direito: a ampla defesa como meio de igualdade entre partes	71
6.1 O justo processo como ideal democrático	71
6.1.1 Restaurando as desigualdades: a hipossuficiência do acusado no processo penal	73
6.1.1.1 O Acesso à Justiça Penal	74
6.1.1.2 Contraditório entre partes	75
6.1.1.3 Ampla defesa	77
6.1.2 A “mal” compreendida imparcialidade judicial como entrave a uma participação efetiva pelo acusado	79
6.1.2.1 O controle negativo da defesa técnica	81
7. Conclusão	83
8. Referências Bibliográficas	85

Lista de Figuras

Figura 1 - natureza dos delitos e o perfil daqueles que
Constituem a população carcerária

57